

# Companhia de Saneamento Municipal -CESAMA

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

*(Em milhares de Reais)*

### 1. Contexto operacional

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei nº 7.762/90 e regida pela Lei Municipal 13.473/2016, pelas Leis Federais 6.404/76, 11.445/2007 e a Lei das Estatais 13.303/2016. Com patrimônio próprio, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de duração indeterminada. Com objeto social de planejar e executar o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando à universalização do acesso, sem prejuízo da sustentabilidade econômico-financeira a longo prazo, em cumprimento à política de gestão e às regras regulatórias do setor ditado pelo Poder Executivo municipal, titular do serviço de saneamento. Sendo o valor das Tarifas regulados pela ARSAE – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais até abril de 2020, a partir de setembro de 2020 a regulação passou ser realizada pela Agência reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais – ARISB.

### 2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a égide da Estrutura Conceitual, objetivando fornecer informações para a tomada de decisões, sendo estas apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em simetria com os Pronunciamentos Contábeis (CPC) além de estar alinhada com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, bem como em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e atualizadas por seus dispositivos. A companhia vem adotando o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado por entender ser um demonstrativo de grande importância para a sociedade. A companhia adota as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas práticas contábeis.

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da presente demonstração contábil em 08 de abril de 2022, que é a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria Executiva e encaminhamento ao Conselho de Administração.

### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### a) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

**b) Contas a receber**

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. No ano de 2021 a inadimplência da Companhia em 30 dias a média foi 28,17%, em função do corte que só ocorrer após 60 dias, reduzindo ao longo do tempo, onde em um ano a média cai para 5,94%.

**c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa:**

A metodologia utilizada nos últimos exercícios para o cálculo da provisão de crédito de liquidez duvidosa, considera-se os valores em aberto de 2009 até o exercício anterior ao do encerramento, neste caso (2009 a 2020) totalizando R\$ 16.456 mil, deste valor é expurgado os valores que estão ajuizados totalizando R\$ 1.015 mil, com isto temos a base ajustada em R\$ 15.441 mil, em seguida apura-se em cada exercício o percentual correspondente, destes percentuais apuramos a média a ser utilizada, que neste ano foi de 8,33% conforme demonstrado abaixo

Valores em R\$ mil				
Taxa (s/2008 e 2020)	Período	Saldo	Ajuizadas	Valor Líquido
1,34%	2009	264	58	206
1,17%	2010	249	69	181
1,52%	2011	302	68	234
2,00%	2012	433	123	309
1,89%	2013	452	160	292
1,76%	2014	526	254	272
2,26%	2015	421	72	349
6,21%	2016	1.006	48	958
10,45%	2017	1.685	70	1.614
16,78%	2018	2.622	32	2.591
23,00%	2019	3.567	17	3.551
31,63%	2020	4.929	44	4.884
<b>Média</b>				
<b>8,33%</b>		<b>16.456</b>	<b>1.015</b>	<b>15.441</b>

Com estes dados apurados, aplicamos o percentual da média sobre a base ajustada, que representou o valor médio dos anos de R\$ 1.287 mil, em seguida multiplicamos pelos períodos em análise, neste caso correspondeu a 13 períodos (2009 a 2021), com PCLD de R\$ 16.728 mil, conforme demonstrado abaixo:

<b>Valores em R\$ mil</b>	
Base Ajustada 2009 a 2020	15.441
Média da taxa apurada	8,33%
PCLD por período	1.287
Períodos em análise	13
<b>Total PCLD correspondente ao período em análise</b>	<b>16.728</b>

**d) Estoques de materiais**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sendo classificados no ativo circulante.

**e) Créditos tributários**

Os créditos tributários são calculados considerando as consequências fiscais atuais e futuras, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

**f) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações e amortização são calculadas de acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 09. A companhia não realizou em 2021 estudo de recuperabilidade de seus ativos. Sendo iniciado em 2021 o processo licitatório Pregão Eletrônico de número 035/21 para a contratação de empresa especializada, sendo o resultado divulgado em 27/01/2021 e ordem de serviço emitida em 28/03/2021

**g) Intangível**

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 10.

**h) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**i) Salários e encargos sociais**

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

**j) Provisão para contingências**

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

**k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A partir de maio de 2010 a Companhia obteve liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a CESAMA não realizou o recolhimento do imposto de renda devido. Mesmo com liminar favorável a Companhia continua a realizar o cálculo do IRPJ, o valor apurado do IRPJ vem sendo registrado diretamente no resultado e em contrapartida na conta do IRPJ a recolher no passivo não circulante, de 2010 a 2021 o valor está registrado em R\$ 110.454 mil.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

**l) Dividendos e Juros sobre capital próprio**

O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social. Sendo que a destinação do lucro observará a legislação pertinente e os limites aos quais possa se sujeitar a CESAMA em razão de imunidade, isenção, benefícios fiscais ou decisões de órgãos administrativos ou judiciais. O dividendo poderá ser pago pela Companhia sob a forma de juros sobre capital próprio (JSCP). A parcela dos dividendos paga sob essa forma será calculada nos termos do artigo 9º da Lei Federal n. 9.249/1995, os JSCP foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal, e, para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados

**m) Uso de estimativas**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.

**n) Reconhecimento de receita**

**Receita de Serviços:** as receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência, as receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. São reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação destes serviços e são apresentadas líquidas dos impostos sobre o valor agregado, devoluções e descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa).

A Companhia reconhece a receita quando: I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; II) é provável que os valores serão arrecadados; III) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e IV) os bens e serviços são entregues.

**Receita de Contrato com Cliente CPC 47:** a Companhia avaliou e não possui ativos de contrato, assim não adotou o CPC 47 / IFRS 15 com aplicação a norma na data inicial de 1º de janeiro de 2019.

**o) Instrumentos financeiros**

**Aplicações Financeira:** A Companhia tem como prática histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, são gerenciados num modelo de negócios cujo o objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48.

**Clientes:** As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, determinado pelo CPC 47. O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de

principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com vencimento médio de 10 dias.

**Fornecedores:** A Companhia não financia compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias. É mensurado inicialmente pelo valor de transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. Além de possuir uma política de pagamento que contempla a antecipação aos fornecedores.

**p) Arrendamentos**

A companhia avaliou os impactos na aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IRFS 16 sobre as demonstrações financeiras, identificando e separando os contratos que são isentos de reconhecimento (curto prazo, baixo valor) todos que atendem aos quesitos da norma. Sendo os isentos registrados como despesa e os demais como Ativo de arrendamento com saldo líquido de R\$ 205 mil e R\$ 962 mil em 2021 e 2020, respectivamente.

**q) Contas de Destinação Específica**

Foi desenvolvido pela Agência Reguladora (ARASE - MG), no processo de revisão tarifária de 2016, o conceito de Contas de Destinação Específica para reservar recursos a serem utilizados em áreas específicas, visando a melhoria da eficiência na prestação do serviço. Estes recursos, obtidos através da aplicação de percentuais sobre a Receita Tarifária de Aplicação (Calculada pela aplicação das tarifas de aplicação sobre o mercado faturado, deduzidos das vendas canceladas), devem ter um tratamento regulatório e contábil diferenciado, para viabilizar o cumprimento de metas. O percentual utilizado a partir de abril de 2020 foi de 8,7% sobre o Faturamento da Tarifa de Água e Esgoto, para abastecer estas Contas de Destinações Específicas foram divididas em Programa Controle de Perdas com 1%, Proteção a Mananciais com 0,5%, e Investimento Incentivado com 7,2% depositados em contas vinculadas (Nota Técnica CRFEF 06/2016).

Os valores das Receitas e Despesas oriundas das Contas de Destinação Específica deverão ser excluídos da Base de Cálculo dos Dividendos, dos Juros Sobre Capital Próprio e da Participação no Resultado ao Empregados, conforme previsto no artigo 3º parágrafo 8º da Resolução ARSAE-MG 79/2016.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades de livre gestão e vinculadas estão demonstradas como segue:

	Livre Gestão		Vinculadas		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco	963	12.361	727	948	1.690	13.309
Aplicações financeiras	45.645	23.303	108.393	94.045	154.038	117.348
	<b>46.609</b>	<b>35.664</b>	<b>109.119</b>	<b>94.993</b>	<b>155.728</b>	<b>130.657</b>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

## 5. Créditos e contas a receber de usuários

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Valores a receber de usuários	49.537	44.441
Valores a receber partes relacionadas	1.777	5.263
Usuários não identificados (1)	(219)	(209)
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>51.094</b>	<b>49.495</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.728)	(13.000)
	<b>34.366</b>	<b>36.495</b>

(1) A conta "usuários não identificados" representa valores recebidos no banco ainda não baixado no sistema da Companhia

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
A vencer	8.176	4.038
Vencidos até 30 dias	11.441	11.127
Vencidos de 31 a 60 dias	3.115	3.971
Vencidos de 61 a 90 dias	1.261	1.593
Vencidos de 91 a 120 dias	993	1.055
Vencidos de 121 a 150 dias	699	702
Vencidos de 151 a 180 dias	579	586
Vencidos acima de 180 dias	23.273	21.369
	<b>49.537</b>	<b>44.441</b>

### 5.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	1.762	5.229
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	14	34
	<b>1.776</b>	<b>5.263</b>

## 6. Estoque de materiais

O estoque da Companhia é composto de material de consumo e insumo, a saber:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Material Escritório	58	60
Material de Limpeza e Conservação	18	21
Equipamento de Segurança	30	31
Peças e Acessórios para veículos	6	14
Produtos Químicos	500	523
Ferramentas	27	19
Material Utilizado na manutenção (a)	5.129	3.263
Uniformes	47	48
Materiais para consumo	44	39
Materiais para usinagem	318	318
	<b>6.176</b>	<b>4.336</b>

(a) Os estoques de material utilizado na manutenção referem-se basicamente materiais hidráulicos, elétricos e material de obra utilização na manutenção do sistema de água e esgoto pela Companhia.

## 7. Outros valores realizáveis

### 7.1 Circulante

A Conta outros valores realizáveis de curto prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

#### Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a Terceiros	1.516	2.009
Adiantamento Empregados	192	77
Convênio a Receber	48	42
Parte Relacionadas	0	0
Outros Créditos	4	2
	<u>1.761</u>	<u>2.130</u>

### 7.2 Não Circulante

A Conta outros valores realizáveis de longo prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributos a recuperar	3.685	2.318
Outros Créditos	82	82
Despesas antecipadas	66	713
	<u>3.833</u>	<u>3.113</u>

## 8. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF s/ aplicações	3.910	3.183
Pasep	-	-
Cofins	2	2
Antecipação de imposto de renda	865	741
Antecipação de contribuição social	1.059	1.198
INSS	48	48
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	1	1
	<u>5.885</u>	<u>5.173</u>

## 9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021		31/12/2020
		Depreciação		Total líquido
		Custo	Acumulada	
Terrenos		1.665	0	1.665
Edificações	4	12.451	(11.618)	833
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	(3.555)	15.503
Veículos	20	3.344	(3.294)	50
Máquinas equipamentos	10	8.353	(8.047)	306
Ferramentas	20	124	(124)	0
Móveis e Utensílios	10	668	(546)	122
Equipamentos Informática	10	760	(186)	574
Sistema de Água	4	198.548	(99.084)	99.464
Sistema de Esgoto	4	89.865	(46.664)	43.201
Inversões Fixas		247	0	247
Instalações Investimento Incentivado	4	71.653	(7.276)	64.377
Arrendamento		1.214	(1.008)	206
Obras em Execução Investimento Incentivado		55.391	0	55.391
Obras em Execução		80.381	0	80.381
Benfeitorias em Terceiros	10	1.830	(932)	898
		<b>545.552</b>	<b>-182.334</b>	<b>363.218</b>
				<b>312.285</b>

A depreciação do exercício apropriada ao resultado de 2021, foi de R\$ 12.418 (R\$ 11.747 em 2020) como custo na atividade e despesas gerais. Os itens de Instalações investimento incentivado e obras em execução investimento incentivado foram criadas pela Agência Reguladora para agrupar os investimentos que devem ter um tratamento regulatório diferenciado.

## 9.1. Movimentação do custo

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021	Adições	Baixas	Crédito PIS COFINS	31/12/2020
<b>Custo</b>						
Terrenos		1.665	0	0	0	1.665
Edificações	4	12.451	0	0	0	12.451
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	0	0	0	19.058
Veículos	20	3.344	0	0	0	3.344
Máquinas equipamentos	10	8.353	0	0	0	8.353
Ferramentas	20	124	0	0	0	124
Móveis e Utensílios	10	668	16	0	0	652
Equipamentos de Informática	10	760	45	0	0	715
Sistema de Água	4	198.548	5.969	0	0	192.579
Sistema de Esgoto	4	89.865	1.151	0	0	88.714
Inversões Fixas		247	0	0	0	247
Instalações Investimento Incentivado	4	71.653	16.303	0	0	55.350
Arrendamento		1.214	0	(972)	0	2.186
Obras em Execução investimento incentivado *		55.391	13.238	(4.179)	0	46.332
Obras em Execução *	10	80.381	32.415	(393)	0	48.359
Benefícios em Terceiros		1.830	0	0	0	1.830
<b>Total Custo</b>		<b>545.552</b>	<b>69.137</b>	<b>-5.544</b>	<b>0</b>	<b>481.959</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Edificações		(11.618)	(147)	0	0	(11.471)
Valor Justo Edificações		(3.555)	(273)	0	0	(3.282)
Veículos		(3.294)	(11)	0	0	(3.283)
Máquinas equipamentos		(8.047)	(178)	0	0	(7.869)
Ferramentas		(124)	0	0	0	(124)
Móveis e Utensílios		(546)	(28)	0	0	(518)
Equipamentos de Informática		(186)	(63)	0	0	(123)
Sistema de Água		(99.084)	(6.406)	0	0	(92.678)
Sistema de Esgoto		(46.664)	(3.018)	0	0	(43.646)
Benefícios em Terceiros		(932)	(52)	0	0	(880)
Depreciação Investimento Incentivado		(7.276)	(2.701)	0	0	(4.575)
Arrendamento		(1.008)	(756)	973	0	(1.225)
<b>Total da Depreciação</b>		<b>(182.334)</b>	<b>(13.633)</b>	<b>973</b>	<b>0</b>	<b>(169.674)</b>
<b>Total Líquido</b>		<b>363.218</b>	<b>55.504</b>	<b>(4.571)</b>	<b>0</b>	<b>312.285</b>

(a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As baixas tanto do exercício de 2021, referem-se à transferência das obras concluídas para os ativos vinculados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

## 10. Intangível

### 10.1. Composição dos saldos

Em 31 de dezembro, o intangível estava demonstrado como segue:

	Taxas anuais de amortização	31/12/2021	31/12/2020
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4	1.070	1.070
Concessões de Uso		1.984	1.984
Programa de Informática		939	939
Desenvolvimento Software		1.938	1.938
<b>Total custo</b>		<b>5.931</b>	<b>5.931</b>
<b>Amortização acumulada</b>			
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(865)	(843)
Programa de Informática		(82)	(62)
<b>Total amortização</b>		<b>(947)</b>	<b>(905)</b>
<b>Total líquido</b>		<b>4.984</b>	<b>5.026</b>

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

## 10.2. Movimentação do custo

	Taxas anuais de depreciação 4	31/12/2021			31/12/2020		
		Adições	Baixas		Adições	Baixas	
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		1.070	0	0	1.070		
Concessões de Uso		1.984	0	0	1.984		
Programa de Informática		939	0	0	939		
Desenvolvimento Software		1.938	0	0	1.938		
<b>Total custo</b>		<b>5.931</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.931</b>		
<b>Depreciação acumulada</b>							
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(865)	-22	0	(843)		
Programa de Informática		(82)	-20	0	(62)		
<b>Total depreciação</b>		<b>(947)</b>	<b>(42)</b>	<b>0</b>	<b>(905)</b>		
<b>Total líquido</b>		<b>4.984</b>	<b>(42)</b>	<b>0</b>	<b>5.026</b>		

## 11. Fornecedores e Empreiteiros

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedor	1.958	1.196
Empreiteiro	7.881	7.134
Arrendamento Veículos	274	1.047
Prêmios de Seguros a Pagar	52	-
<b>Total Curto Prazo</b>	<b>10.166</b>	<b>9.377</b>
Fornecedores	680	416
<b>total Longo Prazo</b>	<b>680</b>	<b>416</b>
<b>Total</b>	<b>10.846</b>	<b>9.793</b>

Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

## 12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Em moeda nacional</b>						
BDMG - 150.739/11	765	2.602	3.368	637	3.053	3.690
BDMG - 181.638	4.479	4.946	9.425	3.750	8.585	12.335
CAIXA 0182288-92/07	273	1.592	1.865	185	1.867	2.052
CAIXA 0056597-36/18	1.818	26.966	28.784	88	1.463	1.551
BNDES	0	0	0	905	0	905
	<b>7.336</b>	<b>36.106</b>	<b>43.442</b>	<b>5.565</b>	<b>14.968</b>	<b>20.533</b>

Em moeda nacional	Encargos	Período Inicial	Período Final	31/12/2021	31/12/2020
BDMG - 150.739/11	8%+IPCA	16/09/2011	16/09/2026	3.368	3.690
BDMG - 181.638	7%+IPCA	20/04/2016	20/03/2024	9.425	12.335
CAIXA 0182288-92/07	6%+FGTS	28/12/2007	28/12/2030	1.865	2.052
CAIXA 0056597-36/18	9%+FGTS	31/03/2019	06/08/2038	28.784	1.551
BNDES	192%+TJLP	29/10/2012	12/11/2021	0	905
				<b>43.442</b>	<b>20.533</b>

As garantias dos empréstimos e encargos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto.

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

### 13. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
INSS retido na Fonte	135	148
ISS retido na Fonte	153	140
IRRF	536	505
PASEP	200	190
COFINS	933	879
ISSQN	0	13
Retenção Contribuição Lei 10.833	55	62
IRPJ	65	65
CSLL	12	12
<b>Total Curto Prazo</b>	<b>2.089</b>	<b>2.014</b>
IRPJ	110.454	93147
CSLL	1.397	1422
<b>Total longo Prazo</b>	<b>111.851</b>	<b>94.569</b>
<b>Total</b>	<b>113.940</b>	<b>96.583</b>

### 14. Obrigações Trabalhistas e Sociais

A Conta outros débitos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Salários	0	143
Participação resultado dos empregados	1.235	1.248
SENAI	11	10
Previdência Social	1.005	976
FGTS	328	337
Convênio SESI	40	38
Convênio SENAI	27	26
Décimo Terceiro, Férias e Encargos	5.253	4.499
	<b>7.897</b>	<b>7.277</b>

### 15. Outros Passivos

A Conta outras obrigações em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

#### 15. Outros passivos

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Depósito Judiciário	(7)	(2)
SENAI Treinamento	83	82
SESI Assistência Social	27	2
Décimo Terceiro, Férias e Encargos	0	0
Cauções de terceiros	79	79
Valores a restituir usuários	4.601	3.875
Outros Consignados	17	17
Outros Valores exigíveis	975	1.769
<b>Total Curto Prazo</b>	<b>5.774</b>	<b>5.805</b>
Retenções P/responsabilidade solidaria	680	0
<b>Total longo Prazo</b>	<b>680</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>6.454</b>	<b>5.805</b>

### 16. Obrigações por Concessão de Uso

A Conta por Concessão em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

#### 16. Obrigações por Concessão de Uso

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Concessão de Uso (a)	1.985	1.985
	<b>1.985</b>	<b>1.985</b>

- (a) A conta concessão de uso corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde a CESAMA ocupa áreas cedidas por órgãos públicos sem ônus, sendo apenas os custos de manutenção custeados pela CESAMA.

## 17. Provisão para contingências

### 17.1 Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAMA mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos Judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cível (a)	43	37	5.587	5.714
Trabalhista (b)	310	249	0	14
	<b>353</b>	<b>286</b>	<b>5.587</b>	<b>5.728</b>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços dentre outros.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

### 17.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 38.934 mil, sendo as prováveis reconhecidas com contingência passiva, abaixo os processos divididos por categoria:

Valores em R\$ mil			
Provável	Possível	Remota	Total
5.587	32.809	538	38.934

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços.

- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

## 18. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela BRADESCO MULTIPENSIONS, entidade fechada de previdência complementar.

### 18.1 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

## 19. Instrumentos financeiros

### a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

#### (i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

##### a) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

## **b) Risco cambial**

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” para se proteger desse risco.

### **(ii) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

#### **a) Contas a receber**

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

#### **b) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

### **(iii) Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos no mercado local. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

## **b. Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

## 20. Partes relacionadas

### 20.1 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2021 estão demonstrados na nota 5.1.

As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Companhia, foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Ativo Circulante	1.777	5.263
Contas a Receber	<u>1.777</u>	<u>5.263</u>
Ativo Não Circulante		
Imobilizado - Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
<b>Total Ativo</b>	<b><u>3.762</u></b>	<b><u>7.248</u></b>
Passivo Circulante		
Cessão de Uso (a)	1.985	1.985
	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
<b>Total Passivo</b>	<b><u>1.985</u></b>	<b><u>1.985</u></b>

a) Os montantes de cessão de uso são referentes a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura utiliza o imóvel da CESAMA localizado na Av. Independência lojas 992 e 994 e em contrapartida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

### 20.2 Operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados não possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.

A CESAMA adota política de remunerações variáveis a seus diretores e pessoal chave que em 2021, conforme condições previstas nos respectivos contratos determinaram provisão no montante de R\$ 496 mil e em 2020 o valor de R\$ 593 mil reconhecidos em rubrica própria.

## 21. Patrimônio líquido

### 21.1 Capital Social

Em 24 de maio de 2021 Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da CESAMA em R\$ 138.464 mil destinados da Reserva de Investimentos. Dessa forma o capital social, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 299.464 mil e R\$ 161.000 mil em 2020, atualmente representado por 61.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 4,91 (quadro reais e noventa e um centavo) cada, conforme a seguir:

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>%</b>
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	60.994	99,99%
DEMLURB	6	0,01%
	<b>61.000</b>	<b>100,00%</b>

## 21.2 Reserva de Capital

O saldo da conta Reserva Capital não sofreu qualquer alteração em 2021, permanecendo o valor de R\$ 1.416 mil.

## 21.3 Reserva Legal

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 o montante constituído foi de R\$ 1.839 mil totalizando ao final um saldo de R\$ 17.375 mil.

## 21.4 Reserva Para Plano de Investimentos

A Reserva para Plano de Investimentos tem sido constituída sobre o saldo remanescente de Lucro Acumulados depois das devidas destinações legais. Em 2021 R\$ 138.464 mil foram destinados para aumento do capital social e R\$ 34.944 mil dos lucros acumulados foram transferidos para sua constituição. Em 31 de dezembro de 2021 seu saldo monta R\$ 34.944 mil.

## 21.5 Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais tem sido constituída por repasses governamentais. No exercício de 2020 o valor da receita de subvenção transferida foi de R\$ 500 mil. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 seu saldo manteve-se em R\$ 4.684 mil.

## 21.6 Dividendos

A companhia aprovou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de novembro de 2021 sua política de dividendos e JSCP, portanto foi considerando como direito a dividendos e JSCP o mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo este ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia.

Garantindo a sustentabilidade da Companhia, sendo os limites e critérios estabelecidos em conformidade nos termos da Lei 13.303/16, que estabelece o regime jurídico das estatais, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) que rege os dividendos, Lei 9.249/95 que rege os JSCP, no Estatuto Social e na Política de Dividendos e JSCP da Companhia e em deliberações do conselho de administração e/ou assembleia geral da Companhia.

Para atender a essa disposição estatutária, entende-se que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	<b>31/12/2021</b>
Lucro Líquido	36.783
Ajuste Exercícios Anteriores	0
Reserva Legal (5%)	(1.839)
Subvenções	0
Tarifa Subsidiada	(22.580)
Despesas Tarifa Subsidiada	4.794
Base de Cálculo dos Dividendos	<b>17.158</b>
<b>Minimo a distribuir</b>	<b>4.289</b>
<b>JSCP + Dividendos</b>	<b>14.250</b>

## 22. Receita operacional líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, que estão distribuídos a saber:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Serviços de Água</b>		
Tarifa de Água	143.537	142.588
Ligações	3.563	2.922
Cortes e Sanções	135	39
Ampliações Redes	610	11
Outros Serviços Técnicos	150	218
	<b>147.995</b>	<b>145.778</b>
<b>Serviços de Esgoto</b>		
Tarifa de Esgoto	93.500	92.856
Ligações	112	79
Ampliações Redes	582	501
Outros Serviços	2	7
	<b>94.196</b>	<b>93.443</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>242.191</b>	<b>239.221</b>
Cancelamentos	(3.396)	(2.966)
Pis sobre faturamento	(3.999)	(3.926)
Cofins sobre faturamento	(18.503)	(18.127)
ISS sobre Serviços	(71)	(115)
	<b>(25.969)</b>	<b>(25.134)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>216.222</b>	<b>214.087</b>

## 23. Custo dos serviços prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

### Custos dos Sistemas

#### Sistema de Água

Pessoal	3.551	9.670
Material e Insumos	6.238	5.945
Serviços de Terceiros	14.970	10.663
Despesas Gerais	21.272	20.018
Depreciações e Amortizações	8.906	8.180
	<b>54.937</b>	<b>54.476</b>

#### Sistema de Esgoto

Pessoal	2.337	1.787
Material e Insumos	1.281	1.378
Serviços de Terceiros	5.931	4.459
Despesas Gerais	1.326	836
Depreciações e Amortizações	2.802	2.780
	<b>13.677</b>	<b>11.240</b>

### Total dos Custos do Sistema

	<b>68.614</b>	<b>65.716</b>
--	---------------	---------------

## 24. Despesas gerais e administrativas

As despesas Gerais e Administrativas estão demonstradas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Administrativas</b>		
Pessoal	59.051	52.002
Materiais e Insumos	1.499	1.216
Serviços	9.743	8.173
Depreciações / Amortizações	1.461	1.484
Baixa de Créditos/PCLD	3.728	5.430
Energia Elétrica	358	347
Provisão P/Contingência	(141)	(703)
	<b>75.699</b>	<b>67.949</b>
<b>Gerais</b>	<b>599</b>	<b>661</b>
<b>Total</b>	<b>76.298</b>	<b>68.610</b>

## 25. Resultado Financeiro

O resultado financeiro está demonstrado como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita Financeira</b>		
Rendimento Aplicações	7.021	2.482
Ascrécimo por Imponibilidade	1.254	1.437
Descontos Obtidos	250	191
	<b>8.525</b>	<b>4.110</b>
<b>Despesa Financeira</b>		
Encargos Financiamento	(3.471)	(2.362)
Tarifa com Cobrança de Faturas	(2.075)	(2.086)
Outras Despesas Financeiras	(21)	(13)
	<b>(5.567)</b>	<b>(4.461)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2.958</b>	<b>(351)</b>

## 26. Imposto de renda e contribuição social

### 26.1 Imposto de renda

A Companhia impetrou Ação Ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, devendo ser protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010 foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3ª Vara de Juiz de Fora a favor da Companhia, ação esta que se encontra no Tribunal Regional Federal da Primeira Região para conclusão. Neste sentido, a CESAMA não contabilizou e não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício. O valor apurado em 2021 foi de R\$ 15.252 mil, o valor apurado até a presente data é de R\$ 110.454 mil (vide nota 13) registrado na conta no Passivo de Longo Prazo - IRPJ

### 26.1 Contribuição Social

O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas Demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	57.560	63.465
<b>Adições</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.728	6.187
Provisão para contingências	0	0
Apoio institucional	22	7
Outras Adições	80	50
	<b>3.830</b>	<b>6.244</b>
<b>Exclusões</b>		
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	0	0
Receita de Subvenções	0	501
Reversão para contingência	141	703
Juros sobre capital próprio	0	0
	<b>141</b>	<b>1.204</b>
<b>Base de Cálculo</b>	<b>61.249</b>	<b>68.505</b>
<b>Aliquota - 9%</b>	<b>5.512</b>	<b>6.165</b>

## 27. COVID-19

As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. Dentro deste cenário, o momento exige o monitoramento constante das condições de mercado e redução de custos.

A Entidade em linha com as orientações e recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, tomou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem a adoção de teletrabalho; rigorosa higienização dos locais de trabalho, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) específicos, testagem de casos suspeitos e medição de temperatura corporal.

O Governo Federal, por sua vez, implementou uma série de medidas, no país, para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram, em algum momento, as atividades mundiais, com objetivo de auxiliar o setor produtivo, dentre as quais se destacam: (i) PIS e Cofins e INSS-Contribuição Patronal - tiveram os valores devidos das competências de março a maio de 2020, diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; (ii) FGTS - teve o recolhimento das competências de março a maio diferidas em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; (iii) Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho/2020; e (iv) IOF Crédito – redução de 3% para zero nas operações realizadas entre 3 de abril e 2 de outubro de 2020.

A Entidade tem mantido constante monitoramento do cenário atual e dos seus desdobramentos sobre o mercado de saúde suplementar, em especial o segmento de planos odontológicos, ressaltando que, diante da gravidade, imprevisibilidade e ineditismo do assunto, são necessárias ações de todos os agentes econômicos, de forma a reduzir os impactos para a sociedade.

Como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante e redução de custos, a Entidade, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram avaliados na preparação

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

dessas demonstrações financeiras. A Entidade entende que as informações sobre as estimativas e julgamentos relevantes, que requerem elevado nível de julgamento e complexidade em suas aplicações, não afetaram materialmente a situação financeira e os resultados da Entidade, inclusive tendo sido revisadas para as demonstrações financeiras ora apresentadas, a fim de determinar a necessidade (ou não) de eventuais mudanças em premissas e julgamentos decorrentes das atuais condições de mercado. A Entidade entendeu que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

Não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes; e permanece a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente no vencimento de cada mensalidade, classificada como sendo altamente provável, sujeita apenas ao cumprimento das condições precedentes que constam dos contratos. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais assinados, e no âmbito do contencioso jurídico da Entidade, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

## 28. Seguros

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

### **Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA**

Júlio César Teixeira  
**Diretor Presidente**

Rafaela Medina Cury  
**Diretor Financeiro e Administrativo**

Márcio Augusto Pessoa Azevedo  
**Diretor Técnico Operacional**

Marcelo Mello do Amaral  
**Diretor de Desenvolvimento e Expansão**

Robson Dutra Ferreira  
**Contador**  
CRC-MG 070057